

# ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES

Carlos Roberto Loboda<sup>1</sup>  
Bruno Luiz Domingos De Angelis<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre os espaços públicos vegetados na organização dos aglomerados urbanos. Serão abordados aspectos históricos dos espaços livres de construção já nas primeiras cidades, como consequência das necessidades experimentadas a cada momento na relação cidade e natureza. Utiliza-se como fundamentação teórica os aspectos conceituais que definem e caracterizam as principais funções das áreas verdes urbanas. As diferentes concepções construídas ao longo dos períodos históricos remontam um perfil desses espaços, representados hoje pelos parques, praças, jardins públicos e arborização de acompanhamento viário. Torna-se necessário fazer um resgate das áreas verdes públicas e suas funções indispensáveis na estruturação da cidade moderna.

**Palavras chaves:** áreas verdes urbanas; planejamento urbano; espaços públicos

## ABSTRACT

This paper consists of a reflection on the green public areas for the organization of urban agglomeration of constructions. It will be approached the historical aspects of the non-constructed areas in the cities as a consequence of the necessities experienced at every moment in the relation city and nature. It is

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual de Maringá/PR. Professor do Departamento de Geografia da UNICENTRO - Irati/PR. Doutorando da FCT/UNESP - Pres. Prudente/SP. E-mail: crloboda@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Agronomia, do Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Mestrado e Doutorado e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado – da Universidade Estadual de Maringá/PR.

used as theoretical framework the conceptual aspects that define and characterize the main functions of the urban green areas. The different conceptions built along historical periods retrace a profile of those spaces, which are represented, at present, by parks, squares, public gardens and the tree planting along the roads. It becomes necessary to renovate public green areas and their indispensable functions in the organization of the modern city.

**Key words:** urban green areas; urban planning; public spaces

## INTRODUÇÃO

*“A cidade não pode ser vista meramente como um mecanismo físico e uma construção artificial. Esta é envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”.*

Robert Ezra Park (1973, p. 26)

Apesar de muito da história das áreas verdes urbanas (representada a princípio pelos jardins) ter se perdido no tempo, é possível traçar um perfil de sua evolução. Partindo do seu caráter mítico-religioso, o “paraíso” prometido no livro do Gênesis da Bíblia, passando por mitos e lendas, estudando os jardins suspensos da Babilônia e chegando aos jardins modernos, observa-se a importância de cada momento histórico cultural desses espaços formadores da estrutura urbana.

A história recente mantém vivos os jardins do Renascimento francês e italiano e a Inglaterra com seu jardim paisagístico. O somatório de todo esse conhecimento permite um entendimento acerca das praças – espaços públicos que tem sua origem não somente na Ágora grega ou no Fórum romano, mas também nos jardins que, expandidos além dos muros que os envolvia, abrem-se ao “consumo” da população (DE ANGELIS, 2000).

O uso do verde urbano, especialmente no que diz respeito aos jardins, constituem-se em um dos espelhos do modo de viver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas. A princípio estes tinham uma função de dar prazer à vista e ao olfato. Somente no século XIX é que assumem uma função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas densamente povoadas. Determinaram conhecimentos que foram desenvolvidos e aprimorados na Idade Média, quando surgiram os jardins botânicos, os quais davam ênfase ao cultivo e manutenção de espécies medicinais. Com o Renascimento, o homem passa a cultivar uma grande variedade de espécies vegetais de diferentes regiões, as quais eram colecionadas e expostas em jardins botânicos do Velho Mundo.

## RETROSPECTIVA HISTÓRICA

As idéias atuais do que sejam as áreas verdes urbanas estão profundamente enraizadas na história. Por aquilo que se sabe, a princípio ocorreu com a arte da jardinocultura, surgida pela primeira vez, e independentemente, em dois lugares: Egito e China.

Até o século XVIII a tradição da jardinagem egípcia - o “berço da jardinagem ocidental” - é transmitida através dos gregos, dos persas, dos romanos, dos árabes, dos italianos e dos franceses, imperando no Ocidente sem nenhuma influência da jardinagem chinesa. Os jardins do antigo Egito reproduzem-se, em menor escala, o sistema de irrigação utilizado na agricultura, cuja função primeira é o de amenizar o calor excessivo das residências.

A China, considerada “pátria” dos jardins naturalistas, destaca-se por seus jardins de cunho religioso, e a inserção nestes dos elementos da natureza. Exerce forte influência sobre os japoneses que adotam o estilo da corte chinesa. A significação espiritual, religiosa e mesmo cultural dados aos jardins, confere a cada elemento que o compõe um significado simbólico próprio. Nesse sentido, tem-se quase que a obrigatoriedade da presença de pedras, água, pontes, lamparinas, dentre outros.

A Grécia é considerada como o país em que pela primeira vez os espaços livres assumem função pública ao serem considerados como locais de passeio, conversa e lazer da comunidade. Nesse contexto, é coerente lembrar o Império Romano onde todas as vilas possuíam um jardim e/ou um espaço livre. É na Grécia que surge o conceito de espaço livre atribuído a Roma, onde um jardim privado, propriedade da nobreza é convertido em espaços livres para usufruto da comunidade. Os jardins da Roma antiga primavam pelo escultórico e arquitetônico em detrimento do “verde”, constituindo-se em exemplos únicos na história da jardinagem. Até mesmo o elemento vegetal era modelado segundo uma nova arte, denominada pelos romanos de topiaria ou topiária<sup>3</sup> (CALCANO; LAURIE, 1983 apud DE ANGELIS, 2000).

As suntuosas *villa* assumiram o caráter de pequenas cidades, e seus jardins, por concepção e dimensões, superaram os limites de um jardim considerado como privado, para assumirem características de parques suburbanos, em função do grande número de freqüentadores.

Na Idade Média destacam-se as novas formas de jardinaria, ênfase aos jardins Árabes com funções específicas, de pequena escala, tratando-se de jardins internos

---

<sup>3</sup> Técnica de poda ou de corte artístico induzido pelos romanos, ao que parece, segundo Plínio, por Gaio Mazio no séc. I a.C., através da qual algumas plantas sempre verdes, de folhas pequenas, passam a assumir formas figurativas diversas, escultórica ou arquitetônica, segundo o gosto e a moda do momento.

constituídos basicamente de plantas frutíferas e aromáticas. A desagregação do império Romano, conseqüência das invasões bárbaras, instalou na Europa uma involução no mundo da cultura, proporcionando a estagnação, por determinado período das manifestações artísticas.

Com o Renascimento, a jardinagem passou a ser produzida à luz da arquitetura. Busca-se refinamentos estéticos, onde os elementos artificiais de ornamento, de formas as mais diversas e ricas, projetam um espaço de alto valor artístico. O Renascimento sobre a arte dos jardins faz-se sentir de forma mais cadente na Itália e na França. Enquanto naquele país a estrutura básica dos jardins desenvolvia-se sob ótica escultórica junto as *villa*, neste prevalecia o estilo das grandes perspectivas de Le Nôtre<sup>4</sup> (DE ANGELIS, 2000).

O estilo italiano é marcado pela adaptação dos jardins à topografia do terreno; essa adaptação origina o surgimento de desníveis e terraços interligados por rampas e escadarias, que integram facilmente com a arquitetura. Vegetação e obras de arte fundem-se em um único e complexo espaço construído pelo homem.

Os jardins franceses, geralmente maiores em extensão, buscam a concepção cenográfica em grande escala. É coerente registrar a influência exercida pelos jardins franceses no surgimento das áreas verdes - “praças e parques” - aberto à população.

O fato de observar a natureza e entendê-la como um espaço aberto, ilimitado a quem o homem deveria se submeter, fez dos ingleses os pioneiros na idealização e criação dos primeiros parques públicos como hoje os conhecemos.

Do símbolo de liberdade (a Ágora ateniense era o lugar onde, não só era possível fazer reuniões, mas também onde cada um podia dar sua própria opinião) ao símbolo do poder (o Fórum romano era o local de comércio e de política popular), as praças foram reduzidas a estreito oásis de verde, ou a meros espaços de estacionamento, em uma cidade que, com o seu destruidor poder urbano, não dá mais espaço ao prazer de viver em coletividade, fazendo com que as pessoas tenham perdido o encanto de estar junto e do confronto direto.

Os parques e os jardins públicos afloram nas cidades européias simultaneamente ao aparecimento dos primeiros espaços ajardinados na América a partir do século XVI. Trata-se de uma peculiar forma de urbanização e consolidação dos espaços urbanos, contemporânea ao estabelecimento da ciência moderna e ao surgimento de uma nova sensibilidade, um olhar distinto apreciando a paisagem à luz da redefinição das relações entre o homem e natureza (SEGAWA, 1996).

---

<sup>4</sup> André Le Nôtre (1613 – 1700). Jardineiro, pintor, desenhista e arquiteto, nasceu e morreu em Paris. Os jardins de Versalhes, são considerados sua obra prima e expoente maior do estilo francês renascentista.

No Brasil a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao redor da arquitetura de maior apuro, já que pontos de concentração da população (REIS FILHO, 1968).

Mais antiga manifestação em termos de paisagismo no Brasil ocorreu na primeira metade do século XVII em Pernambuco, por obra do Príncipe Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa daquele estado nordestino. É certo que já antes da expulsão dos holandeses, pouco ou nada sobrou desta iniciativa, exceto a dádiva notável de uma fabulosa quantidade de laranjeiras, tangerinas e limoeiros espalhados em todos os trajetos das campanhas de invasão.

Um dos primeiros jardins públicos construídos em nosso país foi o Passeio Público do Rio de Janeiro. Por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, sua obras iniciaram em 1779 por Valentim da Fonseca e Silva - Mestre Valentim - (SEGAWA, 1996).

Ao longo da história o papel desempenhado pelos espaços verdes nas nossas cidades tem sido uma conseqüência das necessidades experimentadas de cada momento, ao mesmo tempo em que é um reflexo dos gostos e costumes da sociedade.

## **O VERDE E O URBANO: RELAÇÕES CIDADE E NATUREZA**

De forma mais intensa, sobretudo nas últimas décadas, a discussão dos problemas ambientais vem se tornando uma temática obrigatória no cotidiano cidadão. Assim sendo, as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos.

Llardent (1982, p. 50) retrata a história das funções urbanas desses espaços livres dizendo que: “a cidade é um conjunto de elementos, sistemas e funções entrelaçados”. Este é um marco concreto, onde deve contemplar a evolução dos espaços livres como um dos principais sistemas que formam o organismo urbano.

O momento de crise estrutural das cidades em decorrência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural, tem conduzido o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado a um destino incerto e, cada vez mais, transformando as ciências em força produtiva, e o espaço urbano em mercadoria. Nessa relação desigual e/ou combinada da contraposição entre questões sócio-ambientais e econômicas, em que, de modo geral esta última se sobressai, geralmente ficando aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema (LOBODA, 2003).

Santos (1997, p. 42) alerta que “essas mudanças são quantitativas, mas também qualitativas”. Diz, ainda, que a cidade é cada vez mais um meio artificial, pois se

até mesmo no início dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai se tornando cada vez mais raro: “o meio ambiente urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”.

Nessa linha de raciocínio, Moro (1976, p. 15) relata:

Que a constante urbanização nos permite assistir, em nossos grandes centros urbanos, a problemas cruciais do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza. Assim, podemos observar a substituição de valores naturais por ruídos, concreto, máquinas, edificações, poluição etc..., e que ocasiona entre a obra do homem e a natureza crises ambientais cujos reflexos negativos contribuem para degeneração do meio ambiente urbano, proporcionando condições nada ideais para a sobrevivência humana.

Em sua grande maioria, as cidades brasileiras estão passando por um período de acentuada urbanização, fato este que reflete negativamente na qualidade de vida de seus moradores. A falta de planejamento, que considere os elementos naturais, é um agravante para esta situação. Além do empobrecimento da paisagem urbana, são inúmeros e de diferentes amplitudes os problemas que podem ocorrer, em virtude da interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade.

Di Fidio (1985 apud GUZZO, 1999, p. 6-7) preconiza que:

As manifestações mais características de um macroecossistema urbano-industrial são: população humana com altos valores demográficos; multiplicidade e intensidade de intervenções humanas; importação de relevante quantidade de matéria e energia externa; eutrofização dos ecossistemas biótipos terrestres e aquáticos; compactação e impermeabilização do solo, nas áreas de loteamento e infra-estrutura de transporte; mudança da morfologia do solo mediante escavações e transporte; redução do nível do lençol freático e subsidência do solo; formação de um clima urbano essencialmente distinto daquele circundante à cidade (isolamento térmico); geração e exportação de grande quantidade de resíduos sólidos, de efluentes domésticos e industriais, de emissões de poeiras e gases, que sobrecarregam o próprio ambiente urbano e o ambiente periférico, com efeitos também, a grandes distâncias; e, mudanças substanciais das populações de plantas e de animais nativos e das cadeias tróficas da biocenose anteriormente existente, como consequência da modificação dos biótopos a da introdução de espécies exóticas.

Em pleno século XXI, está evidente a importância do planejamento do meio físico urbano; no entanto, a preocupação de quem planeja ainda está centrada nas características sócio-econômicas, relegando a dependência dos elementos naturais. No

decorrer do processo de expansão dos ambientes construídos pela sociedade, não se tem dado a devida atenção à qualidade, sendo as questões ambientais e sociais relegadas ao esquecimento.

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infra-estrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população.

Além daqueles espaços criados à luz da arquitetura, recentemente a percepção ambiental ganha *status* e passa a ser materializada na produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade, essas áreas tornam-se atenuantes da paisagem urbana.

Por outro lado, nessa relação desigual e/ou combinada da contraposição entre questões sócio-ambientais e econômicas, em que, de modo geral esta última se sobressai, geralmente fica aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema. Os projetos de construção, intervenção ou reabilitação das áreas verdes públicas de um modo geral vêm-se constantemente envolvidos em polêmicas que somente agravam sua penúria renitente. A tendência é que, se não tomarmos uma providência no que diz respeito à reabilitação dessas áreas, não somente suas estruturas físicas, mas, sobretudo, suas funções sociais, geoambientais e estéticas, os únicos espaços de uso coletivo tendem a ser cada vez mais privados – *shopping-centers*, condomínios residenciais, edifícios polifuncionais – e não as nossas praças, parques e vias.

Tais espaços, assediados pelas condições pós-modernas, já não trazem consigo a significância de um tempo. Talvez, a população urbana, envolta pela ideologia das novas tendências globalizantes, não esteja mais se identificando com um lugar específico, seus aspectos sociais, culturais ou históricos.

## **ÁREAS VERDES: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Tendo em vista a infinidade de trabalhos e discussões voltadas para o “verde nas cidades”, mister se faz uma revisão de idéias conceituais acerca de tais elementos. Por tais razões, são eminentes os problemas existentes com relação aos diferentes termos técnicos utilizados na definição das áreas verdes urbanas como: espaço livre, área verde, arborização urbana, sistemas de lazer, praças e parques urbanos e similares.

Em decorrência disso, é coerente a sistematização da utilização dos referidos termos evitando, nesse sentido, a utilização indevida. De acordo com Guzzo (1999), essa

questão tem suscitado problemas no que tange a disseminação desse conhecimento em nível de pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas.

Iniciamos pela conceituação desenvolvida por Richter (1981 apud GERALDO, 1997, p. 40), o qual propõe a seguinte classificação para os espaços livres e o verde urbano:

- *Jardins de representação e decoração*: Ligados à ornamentação, de reduzida importância com relação à interação com o meio e sem função recreacional. São jardins à volta de prédios públicos, igrejas etc;
- *Parques de vizinhança*: Praças, *playground* – apresentam função recreacional, podendo abrigar alguns tipos de equipamentos;
- *Parques de bairro*: São áreas ligadas à recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requerem maiores espaços do que os parques de vizinhança;
- *Parques setoriais ou distritais*: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitam que tal atividade se desenvolva;
- *Áreas para proteção da natureza*: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo;
- *Áreas de função ornamental*: Áreas que não possuem caráter conservacionista nem recreacionista – são canteiros de avenidas e rotatórias;
- *Áreas de uso especial*: Jardins zoológicos e botânicos;
- *Áreas para esportes*;
- *Ruas de pedestres*: Calçadas.

Llardent (1982, p. 151) conceitua as seguintes expressões:

- *Sistemas de espaços livres*: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio.
- *Espaço livre*: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres.
- *Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde*: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

Milano (1988) destaca que a cobertura arbórea das áreas abertas ou coletivas são um importante setor da administração pública, tendo em vista a facilidade de supressão da cobertura arbórea das áreas privadas urbanas. Para esse autor, tais áreas dividem-se em dois grupos:

- *Áreas verdes; e*
- *Arborização urbana.*

Di Fidio (1990) estabelece uma classificação - ou categorias - dos espaços urbanos e suburbanos:

- *Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos:* Jardins residenciais; Hortos Urbanos; Verde semi-público.
- *Espaços verdes urbanos públicos:* Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério; Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana).
- *Espaços verdes sub-urbanos:* Cinturões verdes.

Concluimos essa parte conceitual das áreas verdes públicas urbanas com os termos desenvolvidos por Pereira Lima (Org). (1994):

- *Espaço livre:* Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas.
- *Área verde:* Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.
- *Parque urbano:* É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.
- *Praça:* É um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada.
- *Arborização urbana:* Diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes.

## **AS FUNÇÕES DAS ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS**

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às áreas verdes urbanas de uso público ao longo do tempo. Dentre as inúmeras vantagens das áreas verdes, Guzzo (1999, p. 1 - 2) considera três principais: ecológica, estética e social.

As contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam tais impactos decorrentes da industrialização. A função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população.

Destacando a vegetação no meio urbano, Lamas (1993, p. 106) pondera que: “Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana; caracterizam a imagem da cidade; têm a individualidade própria; desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços”.

Sitte (1992, p. 167) destaca a importância dos espaços livres na grande massa de edifícios, pois “são essenciais para a saúde, mas não muito menos importantes para a êxtase do espírito, que encontra repouso nessas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade. Sem recorrer à natureza, a natureza seria um calabouço fétido”. As áreas verdes desempenham um papel importante no mosaico urbano, porque constituem um espaço encaixado no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições normais da natureza.

Espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade, exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno. Com ênfase ao meio urbano, estas áreas proporcionam a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental.

As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. Para desempenhar plenamente seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento.

São inúmeros os benefícios proporcionados pela arborização no meio urbano. Segundo Grey; Deneke (1978), Llarden (1981), Cavalheiro (1990), Di Fidio (1990), Lombardo (1990), Milano; Dalcin (2000), Sirkis (2000), Rivail Vanin (2001), podemos destacar os seguintes:

#### **Composição atmosférica urbana:**

- redução da poluição por meio de processos de oxigenação – introdução de excesso de oxigênio na atmosfera;

- purificação do ar por depuração bacteriana e de outros microorganismos;
- ação purificadora por reciclagem de gases em processos fotossintéticos;
- ação purificadora por fixação de gases tóxicos;
- ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais.

#### **Equilíbrio solo-clima-vegetação:**

- luminosidade e temperatura: a vegetação, ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas;
- enriquecimento da umidade por meio da transpiração da fitomassa (300 – 450 ml de água/metro quadrado de área);
- umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade dos solos, atenuando sua temperatura;
- redução na velocidade dos ventos;
- mantém a permeabilidade e a fertilidade do solo;
- embora somente parte da pluviosidade precipitada possa ser interceptada e retida pela vegetação em ambientes urbanos, esta diminui o escoamento superficial de áreas impermeabilizadas;
- abrigo à fauna existente;
- influencia no balanço hídrico.

#### **Atenuante dos níveis de ruído:**

- amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrente nas grandes cidades.

#### **Melhoria da estética urbana:**

- transmite bem estar psicológico, em calçadas e passeios;
- quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações;
- valorização visual e ornamental do espaço urbano;
- caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Apesar das inúmeras e inegáveis funções das áreas verdes, é sabido que a sua oferta é muito incipiente em relação à procura. Tal fato ocorre em função de como são tratadas as instâncias públicas em nosso país. É flagrante a carência de recursos para que o poder público possa considerar as áreas verdes no planejamento geral da *urbe*.

As áreas verdes vistas como espaço geográfico impõem um desafio que é o de captá-las enquanto fatos dinâmicos, por onde perpassam não somente a individualidade de seus transeuntes e usuários, mas, sobretudo, o cotidiano da coletividade. É pertinente

entendê-las na dimensão tempo-espaço, em que a associação de ambos nos possibilitam a compreensão da sociedade que lhe dá forma – estrutura e processo.

Para expressar o desinteresse aos espaços coletivos, Pereira Leite (1997, p. 141) salienta que:

A renúncia ao espaço público da cidade fica caracterizada por uma série de procedimentos diferentes: nas camadas mais altas de renda, pelo desenvolvimento privado de atividades culturais e de lazer; nas de baixo poder aquisitivo pela impossibilidade de participar de atividades públicas ou culturais, seja pelo temor de sair de casa após o anoitecer – pois não há garantia de segurança – seja por sua marginalização do processo de desenvolvimento cultural; a atuação do poder público agrava essa situação pelos procedimentos intimidatórios – dos espaços públicos de uso coletivo, visando atender as alegações de caráter essencialmente discriminatória: falta de segurança gerada pela permanência, nas praças, parques e jardins de “desocupados” ou “suspeitos”, falta de condições intelectuais para a participação em atividades culturais. A cidade responde a essa rejeição recíproca entre as classes sociais e o poder público, exibindo uma paisagem fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorados.

Em virtude da falta de espaços de lazer na periferia, a rua passa a exercer a função de tal: na rua, as pessoas param, conversam, brincam e, no meio dela, tecem a trama da convivência, criam um outro espaço. Carrinhos de rolimã, feitos de improviso pelas próprias crianças que as utilizam, descem as ruas esburacadas; em outro canto, meninos empinam pipas de materiais sucateados; rodas e correrias infantis coexistem com grupos de adultos que também fazem da rua um espaço de socialização (MARQUES, 2001, p. 53).

As atividades recreativas requerem espaços livres apropriados, esparsos por toda cidade, as zonas verdes para o jogo e para o esporte perto das casas, os parques dos bairros, os parques da cidade, as grandes zonas protegidas do território (BENEVOLO, 1993).

Como preconiza Santos (1997, p. 48.), “as cidades são criadas para a economia e não para os cidadãos”. A afirmação de Santos é evidente nas limitações entre a rua e casa, a redução do espaço público, o anonimato entre as pessoas, tornando a cidade cada vez mais funcional, o que contribui diretamente para o individualismo.

As cidades transformam-se, transvestem-se em paraísos tecnológicos oferecendo aos seus habitantes falsas benesses. As coisas mais simples, como crianças brincando nas ruas ou os lugares de festas e de encontro desaparecem; as praças,

transmutadas em concreto, prevalecem; tudo isso somado faz com que as pessoas percam suas próprias referências (CARLOS, 1992).

Os espaços públicos foram banalizados ou relegados ao esquecimento, quando não a eles lhes conferiram função totalmente diversa. Os espaços ocupados pelas praças, parques públicos, cedem lugar a estacionamentos, ou então passam a ser território de desocupados, prostitutas e toda sorte de miséria humana. As calçadas, tomadas de assalto por camelôs e ambulantes, não permitem o fluir normal de pedestres por esse espaço que a eles pertencem. Os parques, abandonados, transformaram-se em áreas para crescimento natural do mato que a tudo envolve. O cidadão, principalmente aquele de menor ganho aquisitivo, sem poder usufruir desses espaços, vê-se acuado entre o local de trabalho e sua moradia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todavia, nas circunstâncias atuais, o planejamento das áreas verdes (públicas) urbanas parte de uma definição de recursos que é residual. Os reclamos pelos espaços verdes de ordem pública são amenizados com recursos que sobram de outras atividades, consideradas como mais prioritárias, e que, geralmente, incluem-se nesse âmbito aquelas de cunho estratégico, político e econômico. Por isso, os resquícios destinados às áreas verdes públicas sempre são reduzidos, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela expansão urbana. Associada às questões acima está a falta de políticas públicas consistentes no campo urbanístico que poderiam evitar os problemas que ocorrem hoje nas grandes cidades.

É nesse sentido que embora todas as cidades apresentem áreas verdes (públicas) onde a população possa desfrutar de momentos de lazer e contato com a natureza, poucas têm esses espaços de forma organizada, de modo que não passam de espaços dispersos pela malha urbana.

Outro fator que contribui para aumentar a penúria renitente das áreas verdes urbanas são as descontinuidades políticas. Sabe-se que um plano de áreas verdes, implantação de uma praça, arborização de um bairro, são ações que precisam ser pensadas e executadas a longo prazo. Todo esse processo é prejudicado com a alternância de grupos políticos na administração, pelo fato de que as políticas, os planos e metas traçados não vão além do período de gestão, isso ainda quando chegam a ser efetivados.

No âmbito geral, a falta de planejamento é uma constante no desenvolvimento de nossas cidades, principalmente tratando-se das áreas verdes geralmente delegadas ao segundo plano, quando não ao abandono. Os resultados são os *déficits* permanentes e crescentes dessas áreas de forma contígua ao espaço urbano. É nesse sentido que gostaríamos de concluir com a análise de Guiducci (1975, p. 47), salientando que devemos:

“... construir sim, mas um mundo claro e humano, “ser bons construtores”. Construir com todos os instrumentos oferecidos pelo progresso da técnica e da indústria, porém lembrando que o homem necessita de “ar”, de “sol”, de “verde”, e de um espaço para seus movimentos”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. V. *O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba*. 2001. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

BENEVOLO, L. *História da cidade*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4. 1992, Vitória – ES. *Anais...* v. 1. Vitória, 1992. p. 29 – 38.

COLOM, J. M. et al. *Las plazas de Santiago*. Santiago: Ediciones Universidade Católica do Chile, 1983.

DE ANGELIS, B. L. D. *A praça no contexto das cidades o caso de Maringá – PR*. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DI FIDIO, M. *Architettura del paesaggio*. 3.ed. Milano: Pirola Editores, 1990.

GERALDO, J. C. *A evolução dos espaços livres públicos de Barueri Brotas e Dois Córregos – SP*. 1997. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GREY, G. W.; DENEKE, F. J. *Urban forestry*. New York: Jhon Wiley, 1978.

GUIDUCCI, R. *A cidade dos cidadãos*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

GUZZO, P. *Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto – SP*. 1999. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

\_\_\_\_\_. Programa Pró-Ciências – Áreas verdes. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areas-verdes.html>>. Acesso em : 26 de junho de 2004.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LIMA, A. M. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luiz/MA. *Anais...* São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994. p. 539 – 553.

LEITE, M. A. F. P. A natureza e a cidade: redescutindo suas relações. o novo mapa do mundo. In: *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 139 – 144.

LLARDENT, L. R. A. *Zonas verdes y espacios libres en la ciudad*. Madrid: Closas – Orcoyen, 1982.

LOBODA, C. R. *Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava – PR*. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2003.

LOMBARDO, M. A. *Ilha de calor nas metrópoles*. São Paulo: Hucitec, 1985.

MARQUES, M. T. T. De onça a rouxinol: práticas do espaço urbano. *Analecta*, Guarapuava: Unicentro. v. 2, n. 1 p. 45 - 54, 2001.

MILANO, M. S. *Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba - PR*. 1984. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Curitiba, 1984.

\_\_\_\_\_. *Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: o caso de Maringá – PR*. 1988. 120f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

\_\_\_\_\_.; DALCIN, E. *Arborização de vias públicas*. Rio de Janeiro: Light, 2000.

MORO, D. Á. A. As áreas verdes e seu papel na ecologia urbana e no clima urbano. Separata da *Rev. UNIMAR*, Maringá/PR, v.1 p. 15-20, 1976.

MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2. Ed. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PARK, R. E. A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 26 – 57.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968.

SANTOS, M. *Espaço do cidadão*. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Tradução Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.